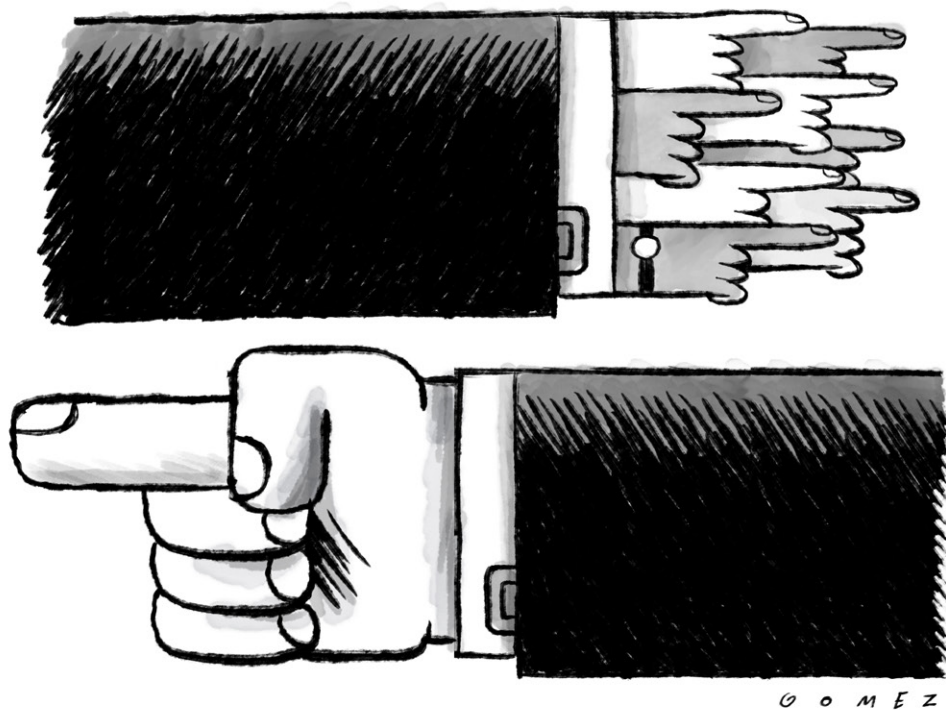


A verdade sobre a democracia

» MARCELO COUTINHO
Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Em 2 mil anos, a primeira e a última vez que o Oriente influenciou o mundo ocidental com uma ideologia política foi nos anos 1960. Enquanto Mao Tsé-Tung prendia, humilhava e matava milhares de artistas e intelectuais em nome da sua revolução cultural, jovens de Paris à Amazônia andina lutavam com admiração pela nova sociedade implementada à força na China. Esses estudantes e até pensadores mais experimentados no Ocidente defendiam com veemência substituir as suas recentes democracias pelo regime totalitário socialista.

A ideologia de Mao nasceu na verdade em berço europeu. Não era, portanto, um ideário genuinamente oriental. A China, e antes dela a Rússia da União Soviética, de quem depois se tornou inimiga, constituíram as próprias versões na prática do marxismo vulgar para além das fronteiras ao leste. Quando Karl Marx escreveu seus ideais revolucionários no século 19, não havia ainda a democracia que só conhecemos após a Segunda Grande Guerra, com voto feminino universal, plena liberdade de contestação, direitos humanos e estados de bem-estar social. Não se pode assim culpar Marx pelos erros de intelectuais e jovens simpatizantes de governos autoritários na segunda metade do século 20. O grande teórico da esquerda tem pouco a dizer sobre a democracia que não conheceu.

Mesmo que Marx pudesse mudar de opinião diante da social-democracia, fica uma pergunta inquietante: por que, tempos depois, muitas pessoas, inclusive supostamente bem esclarecidas, ainda almejavam com tanta paixão trocar a democracia pelo socialismo? Minha resposta é que, até hoje, poucos sabem o que é a democracia, fundamentalmente um regime de acesso ao poder por regras eleitorais abertas e garantias de oposição, e não um modelo socioeconômico. Muitos confundem democracia com desenvolvimento solidário,

capaz de solucionar todos os problemas sociais. E a verdade é que a democracia ajuda a constituir uma sociedade melhor porque abriga as diferenças dentro dela, mas não garante que todos sejam realmente iguais. Nenhum regime pode assegurar isso.

Os jovens de 1968 que protestavam nas ruas inspirados nos ideais revolucionários do sanguinário Mao não eram psicopatas em sua imensa maioria. Eram apenas ingênuos em busca de mais igualdade, embora houvesse entre eles também os oportunistas. O regime de Mao deu em fome e desespero. A própria China abandonou depois o socialismo e se tornou uma potência com reformas que a tornaram capitalista. Por sua vez, os regimes europeus constituíram a mais fabulosa experiência social já vista na humanidade, sem miséria e com muita educação e liberdade. Isso durou décadas, mas na grande história foi apenas uma vírgula de bem-estar num mundo de sofrimento e violência.

O regime democrático é baseado na competição (nem sempre justa) entre interesses e valores divergentes encontrados na sociedade, preservando sempre os direitos das minorias. Portanto, a democracia abriga bem o princípio da solidariedade sem, no entanto, confundir-se com ele. São coisas distintas, e por isso mesmo ainda vemos tanta insatisfação com o mais novo regime político da humanidade. E tão pouco importa se é representativa ou participativa.

Sempre vai haver competição se for realmente uma democracia plural de pensamentos contrários. Nada disso impede, é claro, que haja uma extensão do conceito de modo a incluir também a democratização do acesso a bens e serviços. Foi justamente isso que a social-democracia fez, em boa medida pressionada pelos mesmos jovens iludidos com o socialismo atrás dos muros.

Os anos passaram, e muitas democracias

não conseguiram sequer chegar perto do modelo europeu, que, aliás, começa a naufragar em dificuldades materiais. A democracia sem crescimento econômico é um caldeirão. Quando se tem dinheiro é mais fácil organizar as diferenças. Todo mundo quer ver seus problemas resolvidos, e se queixa da democracia quando não atende as enormes expectativas criadas em torno dela.

As insatisfações se acumulam eleição após eleição, precisamente porque a justiça e a solidariedade não são alcançadas. E desse modo renascem os ovos de serpente, ou de dragão. Movidos pelo anticidantalismo ou por um saudosismo conservador, muitos jovens de novo se encantam com regimes autoritários à esquerda e à direita. A admiração de grupos por Putin é um exemplo explícito da unidade de hoje entre os extremos. Um reacionário com passado socialista em Moscou.

A verdade é que a democracia não pode tudo. Não foi sequer pensada para ser perfeita, pois a própria ideia de perfeição foi bastante antidemocrática ao longo do século 20. Resta, então, saber o que faremos com esse conjunto de instituições de agora em diante. Uma coisa que sabemos é que não se sustenta sem um poder internacional favorável. Mesmo o líder contemporâneo das democracias, os EUA, foi capaz de ir contra as liberdades em determinados momentos da Guerra Fria, que está agora sendo reestabelecida em outros termos.

Imagine o que pode fazer com os regimes democráticos pelo mundo uma grande potência autoritária em ascensão. Muita coisa mudou, mas a luta pelo poder continua. A democracia é uma fórmula de administrar pacificamente essa luta. Estabelecer um regime cínico onde se supõe falsamente que todos são iguais e comungam do mesmo objetivo a despeito do poder é o maior veneno que a democracia pode engolir. A democracia precisa reconhecer os seus limites e avançar.

O comprometimento e a responsabilidade das instituições para a equidade na saúde

» RAFAEL FORTES
Diretor executivo de Patient Value & Market Access da Takeda no Brasil

Nesta semana, dia 12/7, por meio do Decreto 11.098/2022, entra em vigor a nova estrutura regimental do Ministério da Saúde, que recria o Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde (DECIS), responsável pelo incentivo à produção pública de tecnologias estratégicas para o Sistema Único de Saúde (SUS) e pela consolidação da estratégia nacional de fomento, desenvolvimento e inovação no âmbito do Complexo Industrial da Saúde (CIS).

O CIS é formado por diversos setores industriais, como base química e biotecnológica (fármacos, medicamentos, imunobiológicos, vacinas, hemoderivados e reagentes), mecânica, eletrônica e de materiais (equipamentos mecânicos, eletrônicos, próteses, órteses e materiais) e os serviços de saúde (hospitais, serviços de saúde e de diagnóstico), resultando em uma dinâmica permanente de oferta de serviços e produtos à população.

Para a biofarmacêutica Takeda que, desde 2019, quando passou a ser responsável pela gestão da parceria, está comprometida com a transferência de tecnologia firmada com a Hemobrás (Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia), estatal vinculada ao Ministério da Saúde, o decreto representa um importante avanço para o

fortalecimento do complexo industrial da saúde, sobretudo, no cuidado aos pacientes. Nesse contexto, com o propósito global de proporcionar uma saúde melhor às pessoas, a Takeda está empenhada em concluir a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) que, por meio da transferência de tecnologia, tem como objetivo a produção do fator VIII recombinante para o tratamento da hemofilia A em território brasileiro.

Atualmente, pacientes com hemofilia A no Brasil recebem o tratamento de forma 100% gratuita por meio do SUS (Sistema Único de Saúde). Ou seja, o produto da PDP faz parte das soluções oferecidas, contribuindo com a qualidade de vida das pessoas com hemofilia A. Além disso, colabora com a sustentabilidade tecnológica e econômica do sistema público de saúde, uma vez que a tecnologia está dentro da realidade orçamentária do SUS, e ainda contribui para a equidade na saúde, não deixando nenhum paciente desassistido.

Sabemos que as soluções em saúde não surgem isoladamente, e que a ação conjunta e o comprometimento de cada stakeholder é decisivo para um desfecho positivo. A crise de covid-19, por exemplo, tornou evidente a responsabilidade e a interdependência entre todos — governos, empresas, organizações e sociedade — num esforço conjunto para conter o avanço da doença. Por isso, ao longo de

mais de 240 anos de trajetória da Takeda, buscamos iniciativas, como as parcerias estratégicas, para ampliar o acesso à saúde.

Por meio da PDP, a Takeda está capacitando e colaborando com a autonomia da estatal para a fabricação de um tratamento de biotecnologia e engenharia genética para hemofilia A, que não é proveniente do plasma humano, assegurando a continuidade do atendimento dos pacientes no futuro. Além de deixar outros legados ao complexo industrial de saúde nacional, como a geração de novos empregos diretos e indiretos e o estímulo à inovação na saúde, a instalação da nova edificação que está sendo construída com o investimento da Takeda de até US\$ 250 milhões (R\$ 1,2 bilhão), montante totalmente gerido pela Takeda, segue os mesmos padrões das nossas fábricas no exterior, de acordo com as diretrizes da divisão global responsável pelas instalações fabris da biofarmacêutica pelo mundo.

Mais do que isso, é uma iniciativa que contribui com as transformações que a saúde no Brasil tanto precisa e a população tanto merece. Afinal, para a Takeda, maior que os nossos esforços, é a nossa dedicação em proteger, salvar e transformar vidas, num ciclo que se renova permanentemente, proporcionando uma saúde melhor para as pessoas e um futuro mais brilhante para o mundo.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Questão de vida ou morte

Até mesmo o matuto, lá dos cafundós do Judas, sabia: amigo é meu umbigo. Os homens políticos e urbanos e, principalmente, os que estão perfilados com a elite que comanda o país, parecem desconhecer essa lição, ou pelo menos a desprezarem. Por esse desdém nas relações do Brasil com o resto do mundo, é que estamos onde estamos. E não estamos bem. Seguimos, depois de décadas, alheios ao que acontece em nossa volta e conosco, curvando-nos excessivamente às exigências internacionais e, com isso, deixando o cauda à mostra.

Almejamos ser o celeiro do mundo, mesmo que isso custe a fome de dezenas de milhões de brasileiros. Uns vão aos mercados inflacionados, outros, vão em busca, nos contêineres de lixo, da comida diária. Amigos são os próximos e os próximos são os brasileiros. Os demais são fregueses, a quem devemos respeito, segundo as práticas comerciais e ponto.

O agrobusiness, conforme implantado no país, tem, por suas peculiaridades, escancarado as portas do Brasil a outras iniciativas do tipo capitalista predadora, que precisam ser vigiadas muito de perto, não importando quem esteja por trás desse negócio.

O caso aqui é o de compra de grandes extensões de terras em nosso território por estrangeiros, alguns deles agindo diretamente em conexão com seus governos. Poucas autoridades conhecem esse problema e fazem cara de paisagem sobre o assunto. A razão é sabida e passa longe de qualquer noção de ética pública. A compra de milhares de hectares de terra por estrangeiros, na condição de pessoas jurídicas, vem na esteira e na contramão dos festejos ufanistas do agronegócio. Nacos enormes de nossas terras estão sendo passadas para mãos estrangeiras.

O filósofo de Mondubim dizia que quem aluga o traseiro não escolhe onde sentar. O que se tem aqui são verdadeiros territórios estrangeiros, encravados bem no coração do país, no Norte, no Sul e no Nordeste. As extensões monstruosas dessas propriedades, por sua territorialidade só podem ser percebidas do espaço. São enclaves alienígenas, com papel passado e tudo.

Não será surpresa se algum dia os brasileiros necessitem de passaportes para atravessar o próprio país. Para piorar, uma situação que, per si, mereceria uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, diversos projetos no Congresso ainda propõem a compra facilitada e a posse, além do arrendamento de propriedades rurais no Brasil, tanto por pessoas físicas quanto por empresas.

É o caso aqui do Projeto de Lei 2963/19. Pelo projeto fica dispensada a necessidade de autorização ou licença para a aquisição dessas propriedades por parte de estrangeiros. A desculpa aqui é que o Brasil tem, nos últimos anos, perdido centenas de bilhões de reais em investimentos no setor agropecuário em decorrência dos entraves na compra de terras por estrangeiros.

» A frase que foi pronunciada

“A terra é a única coisa no mundo que vale alguma coisa, pois é a única coisa neste mundo que dura. É a única coisa pela qual vale a pena trabalhar, vale a pena lutar...”

Margaret Mitchell, autora de *E o Vento Levou*

Inclusão financeira

» A ideia, por trás do Banco Mundial das Mulheres, veio em 1975, no México, durante uma reunião das Nações Unidas que comemorava o primeiro Ano Internacional das Mulheres na instituição. Não eram apenas encontros, mas estratégias de ação para diminuir a pobreza no mundo. Microfinanciamentos são a saída para a independência das mulheres que sofrem abusos domésticos ou não têm oportunidade de acesso à educação. Como todo projeto, havia contrapartida, não se trata de esmolas. Além disso, estimula o trabalho, e não a coleção de cartões de gás, leite etc. Boa solução.

Solidariedade

» Por falar em vida nova, o Itaú Social lançou a plataforma Mobiliza que reúne oportunidades em ações voluntárias em todas as regiões do Brasil. A iniciativa amplia e facilita o acesso às informações. As áreas de atuação abrangem educação, cultura, esporte e meio ambiente. Veja na *Blog do Ari Cunha*.

A Deus

» Flavia Jardim e Gilberto Amaral, dois grandes amigos que partem. Nosso abraço na família e desejos de que a fé a conforte nesse momento sempre difícil de suportar.

No mundo da lua

» Em uma hora de conversa com Nonato Freitas passamos por Agripino Grieco, Ademar Tavares, Laudelino Freire, Alberto de Oliveira, Tristão de Ataíde, Basílio de Magalhães, Cassiano Ricardo, Jorge de Lima, entre outros. As pessoas saudosistas podem ser insuportáveis, mas em um mundo onde a juventude é estimulada ao funk, estamos quites. Como diria o filósofo de Mondubim, com muitas léguas de distância!

» História de Brasília

Agora, o governo está disposto a entrar em entendimentos com a Argentina, para a troca de automóveis por gás. (Publicada em 2/3/1962)